

# Nacionalismo, modernização e imperialismo interno: um novo bandeirante chega à nova capital do estado goiano (1930-40)

*George Leonardo Seabra Coelho*

Universidade Federal do Tocantins

Palmas – Tocantins – Brasil

george.coelho@hotmail.com

---

**Resumo:** Neste artigo discutiremos a construção do discurso político de modernização e ocupação econômica do estado de Goiás nas décadas de 1930 e 1940. Como o projeto modernizador do estado goiano foi um processo vasto e complexo, iremos abordar apenas os reflexos deste discurso na construção de “lugares de memórias” na nova capital do estado de Goiás. Para a fundamentação teórico-metodológica deste estudo, lançamos mão da revisão bibliográfica referente ao processo de modernização do Estado brasileiro no período varguista (1930-1945), assim como de estudos voltados para o método da análise discursiva. Neste sentido, veremos como o “mito bandeirante” elaborado nas décadas de 1930 e 1940 influenciou não somente as representações sobre o passado e o presente nacional, mas especialmente a reordenação da paisagem urbana e a identidade da jovem capital goiana através da construção de um monumento em homenagem ao bandeirante.

**Palavras-chave:** Bandeirante. Goiás. Representação. Modernização. Discurso.

---

## Introdução

O objetivo deste artigo será discutir a construção do discurso político de modernização brasileira, principalmente o discurso de ocupação econômica do estado de Goiás nas décadas de 1930 e 1940. Como afirmam Luís Palacin (1994), Alcir Lenharo (1981), Otavio G. Velho (1976), Barsanufô G. Borges (2004), entre outros, esse discurso de modernização foi consagrado pelo arcabouço ideológico composto para justificar a campanha da “Marcha para o Oeste” empreendida pelo Estado Novo. Assim sendo, realizaremos a análise discursiva do projeto modernizador através do estudo dos suportes ideológicos que subsidiaram o projeto de integração nacional promovido pelo regime estadonovista.

Para compreender as conjunções simbólicas presentes nas ações políticas e econômicas estadonovistas, seguiremos a proposta de Alcir Lenharo (1981, p. 18). Para este

historiador brasileiro, o estudo dos discursos produzidos pelos governos é bastante esclarecedor, uma vez que “oferece um caminho rico de percepções, pois reflete e aponta as modulações do fazer da política”. Essa proposta também pode possibilitar novas leituras das articulações entre o mito e a ideologia através dos discursos que subsidiaram simbolicamente os regimes. Nessa perspectiva, consideramos que a construção discursiva que sustentou a campanha “Marcha para o Oeste” não foi produzida apenas para justificar a ocupação econômica dos “espaços vazios”, mas, em maior intensidade, teve o intuito de fixar ideologicamente o Estado intervencionista no Brasil.

Como o projeto modernizador do estado goiano foi um processo vasto e complexo, iremos abordar a intertextualidade entre diversas modalidades de escrita que subsidiaram o programa da “Marcha para o Oeste” e a campanha em prol da construção de um monumento ao bandeirante na nova capital de Goiás. Acreditamos que a proposta de construção de um monumento em homenagem ao herói paulista tinha como objetivo remarcar simbolicamente a atuação da economia do Sudeste no interior do país. Como vemos, trataremos do discurso que subsidiou um gesto que procurava, acima de tudo, erguer um marco simbólico que poderia aproximar os laços identitários entre o interior e o estado economicamente mais forte do país, isto é, São Paulo.

Para a fundamentação teórico-metodológica deste estudo, lançamos mão da revisão bibliográfica referente ao processo de modernização do Estado brasileiro no período varguista (1930-1945), assim como de estudos voltados para o método da análise discursiva. A revisão bibliográfica e o método da análise discursiva utilizada neste texto são fundamentais para a interpretação de um conjunto heterogêneo de fontes históricas. Acreditamos que o método da Análise do Discurso aplicado a uma diversidade de linguagens textuais – científica, ensaística, política e publicitária – poderá nos auxiliar na discussão de alguns enunciados que subsidiaram simbolicamente a ocupação econômica de Goiás.

Para os limites deste artigo, a técnica da Análise do Discurso oferece caminhos para estudar as formas discursivas que os sujeitos produzem para apreender a realidade. Doravante, o discurso será tratado como objeto de estudo, uma vez que ele é uma das instâncias materiais da relação linguagem/pensamento/mundo. Por essa razão, partimos do pressuposto de que todo discurso se estabelece em relação a um discurso anterior e, ao mesmo tempo, aponta para um discurso futuro, transposição fortemente marcada pelo jogo entre escrita, leitura e troca (FOUCAULT, 2000). Partindo deste pressuposto, não nos deteremos apenas em sua descrição como objeto estático, mas na compreensão da intertextualidade e da construção do processo discursivo.

No que se refere às relações entre a produção do discurso e a apreensão da realidade, Eni P. Orlandi (1996) considera que essa interpretação deve ser buscada nas interfaces entre os sujeitos e o mundo, interface esta que pode ser concretizada através da escrita ou das oralidades. Para entender essas interfaces na linguagem escrita, a autora defende que a investigação da condição de produção e contextualização dos textos é um dos caminhos para o estudo das formações discursivas. E, nesse sentido, partimos do pressuposto de que o reconhecimento das condições sociais, políticas e econômicas em que os textos são elaborados esclarecem os elementos que estruturam suas competências.

Seguindo essa mesma linha, Algirdas J. Greimas (1986) defende que a prática da Análise do Discurso oferece meios para se estudar as condições de produção, significação e apreensão dos sentidos expostos pelos textos. Por isso, toda sequência discursiva deve ser analisada em relação a um processo de produção/reprodução/transfomação do enunciado, pois, segundo o autor, essas condições são importantes para esclarecer os elementos fundadores de competências dos textos. Completando essa argumentação, Orlandi (2000) considera que a cristalização do funcionamento de um texto é definida não pela sua produção, mas pela sua relação com o mundo. Para a autora, o texto não deve ser compreendido como uma unidade fechada em si mesmo, assim como não deve ser analisado apenas como produto, mas sim como um processo de significação. Por toda via, é importante compreender a exterioridade e a historicidade do texto, pois ele é um objeto histórico e merece uma análise histórica.

Juntamente com o estudo da relação entre linguagem/pensamento/mundo e a produção/reprodução/transfomação dos enunciados, outra concepção que contribuirá na análise do processo discursivo de ocupação econômica de Goiás durante a Era Vargas (1930-1945) é a relação entre o discurso e o poder. Dentre os estudiosos que se atém a essa relação, encontramos Michael Foucault (1999), pensador que entende que a construção do discurso representa aquilo “por que” e “pelo que” se luta e, nesta luta, o autor pressupõe que o discurso é organizado por instituições que controlam o que pode ou não circular e as posições dos sujeitos que falam. Em outras palavras, a produção de discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos de controle.

Durante o Estado Novo ocorreu esse tipo de efeito – produção, transformação de enunciados e seleção do discurso – uma vez que o regime varguista criou uma série de órgãos responsáveis pelo controle e divulgação do discurso de poder<sup>1</sup>. Para problematizar

---

<sup>1</sup> Durante o governo varguista (1930-1945) ocorreu um forte controle sobre a produção intelectual, pois o Estado passou a fiscalizar qualquer produção com o intuito de cristalizar a imagem de um discurso homogêneo. Cassiano Ricardo enquadra-se nessa forma de pensar o processo de construção discursiva, pois esse intelectual incorporado ao corpo

o discurso de ocupação econômica de Goiás dentro da proposta de modernização estadonovista, aplicaremos a Análise do Discurso a um conjunto variado de textos. No que concerne às fontes históricas, traremos para a nossa análise as contribuições de Marc Bloch (2002), uma vez que o historiador francês considera que em lugar de um documento isolado é importante que o pesquisador considere fontes numerosas e variadas para estudar o desenrolar dos tempos. Esses documentos não serão entendidos como fontes inoculadas e que por si só diziam a verdade, mas como afirma o historiador, elas serão entendidas como vestígios do passado que devem ser inquiridos pelo historiador para oferecer informações que não tencionam fornecer.

Frente a esse aparato conceitual e teórico-metodológico, realizaremos a leitura do ensaio *Marcha para Oeste* (1940) de Cassiano Ricardo, pronunciamentos de Getúlio Vargas, textos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e notícias divulgadas pelo jornal *O Popular*. Frente a essa diversidade heurística é importante ter em mente que cada uma é portadora de uma linguagem particular e requer formas de análise específica. Diante da diversidade de texto produzido em um mesmo contexto político, nos aproximaremos das posições de Dominick La Capra (1983). Esse autor sugere que a análise se detenha no que está dentro e fora dos textos, assim como na interação entre a linguagem e o mundo, ou seja, na intertextualidade. Para tanto, a concepção do historiador norte-americano também nos auxiliará no entendimento das tensões que giram em torno dos textos que subsidiaram simbolicamente o projeto econômico encampado pelo *slogan* da “Marcha para o Oeste”.

Após o esclarecimento do arcabouço teórico-metodológico utilizado em nosso estudo, veremos no próximo tópico como o projeto modernizador elaborado durante a Era Vargas (1930-1945) é compreendido pelas produções histórica e sociológica brasileira. Essa revisão bibliográfica torna-se ponto chave para analisar as funções dos textos produzidos, divulgados e reproduzidos pelo IBGE, as produções literárias escritas pelos intelectuais vinculados ao Estado e pelos órgãos de comunicação, em particular, pela imprensa goiana. Em seguida, veremos como os elementos simbólicos desprenderam-se das construções discursivas e ganham materialidade na edificação de lugares de memória construídos na recém-inaugurada capital de Goiás na década de 1940.

---

doutrinário do regime era responsável por departamentos e jornais que difundiam o tipo de cultura popular e erudita que se enquadrava aos propósitos estadonovista.

## A modernização do estado nacional nas décadas de 1930 e 40

Juntamente com o termo “solidariedade social”, outras expressões compõem o glossário político do período varguista, dentre eles, um “governo coletivo” e “popular” comandado por “um chefe com poderes excepcionais”. Estudiosos dedicados a esse período defendem que essas expressões pertencem ao arcabouço ideológico de um governo que pretendia modernizar as relações do Estado com a economia, a política e a sociedade. Para compreendermos a utilização de determinadas expressões pelo governo varguista, veremos neste tópico como o discurso político apropriou-se do discurso científico do IBGE e do pensamento social de Cassiano Ricardo. Mas, antes, veremos como os estudos sociológicos e históricos abordam o projeto de modernização reunido em torno do programa “Marcha para o Oeste”.

Segundo Otavio G. Velho (1979), a elite que controlou o Estado na década de 1930 organizou uma estrutura intervencionista paralela, ou seja, concentrou seus esforços na industrialização e na crescente burguesia urbana e, ao mesmo tempo, tomou medidas de fortalecimento do setor agrário. Neste contexto, o Estado deixou de ser o mediador no processo econômico e converteu-se em agente transformador e, ao assumir essa função, a linguagem e a técnica do planejamento tornou-se comum no sistema político-administrativo estatal. Todavia, Octávio Ianni (1986, p. 36) considera que as realizações governamentais não foram o resultado de um estudo prévio e sistemático, mas sim resultantes “das situações críticas ou problemáticas surgidas ao longo do processo político [e da] evolução econômica”. No que se refere ao suporte simbólico encontrado nesses projetos, o nacionalismo configurou-se em um importante suporte ideológico que sustentava os debates sobre os problemas políticos e econômicos brasileiros.

Dentre os órgãos criados pelo governo que carregam a proposta nacionalista, encontramos o IBGE fundado em 1938 pelo decreto-lei nº 218. Com a criação desse instituto, Francisco de Oliveira (1997) considera que do ponto de vista político foi necessário institucionalizar uma divisão regional que interferisse no poder das lideranças estaduais<sup>2</sup>. Já do ponto de vista econômico, o IBGE formularia programas destinados a

---

<sup>2</sup> O geógrafo responsável pela divisão regional foi Delgado de Carvalho e Fábio Guimarães, os quais eram profundamente influenciados por Ricchieri. Para definir as regiões, os geógrafos brasileiros levaram em consideração os espaços geológicos, o relevo, o clima e a vegetação, pois admitiam que esses agentes se interinfluenciavam. Os geógrafos admitiam que a sua utilização no Brasil se desse pelo fato de que essa divisão era de caráter prático e duradouro, pois possibilitava a comparação de dados estatísticos e ações administrativas. O Instituto elaborou a divisão do país em cinco grandes regiões naturais – Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste – em 1942, e para facilitar os interesses didáticos e estatísticos fez com que as fronteiras entre as grandes regiões e os Estados coincidissem (ANDRADE, 1987).

ocupar os “vazios territoriais” e a pouca integração entre as áreas urbanas e as áreas rurais. Para nos aproximarmos do discurso transmitido por esse Instituto e sua aproximação dos projetos governamentais, lançaremos mão da coletânea *Amazônia Brasileira*<sup>3</sup> (1944).

A partir da leitura dos textos presentes nessa obra, encontramos o reforço do discurso de ocupação econômica arquitetada através da apropriação da mística bandeirante paulista. É clara, por parte do Instituto, a opção pela apropriação do passado paulista como elemento fundamental para apoiar o discurso político atual. Além de incorporar esse passado, os estudos reunidos nessa obra também se apropriam de situações do presente. A ênfase sobre a situação do presente recai sob o quanto o interior do Brasil ainda é desconhecido e, assim, os técnicos do IBGE justificam a necessidade de elaborar uma proposta de reorganização produtiva desses espaços. Além de estudos geográficos e históricos, os assuntos pertencentes à esfera política também são encontrados nesta coletânea, pois, sempre que possível, os técnicos do IBGE defendem que a visão administrativa de Getúlio Vargas abriu novos rumos para o interior do país. Sendo assim, passado, presente e projeto político são articulados para afirmar que o programa “Marcha para o Oeste” edificará, no futuro, uma moderna sociedade no interior do Brasil.

Segundo Trubiliano e Martins Junior (2008), com a fundamentação simbólica da nacionalidade através da apropriação das Bandeiras paulistas, o Estado varguista procurou legitimar não apenas as aspirações de um modelo político, mas também os interesses da expansão econômica pelo território. Desse modo, o Oeste que os bandeirantes tinham conquistado deveria ser reincorporado pelo “imperialismo interno” estadonovista, pois a reconquista do Oeste significava a integração territorial como substrato simbólico da união de todos os brasileiros<sup>4</sup>. O desafio que o Estado Novo lançou para si mesmo era a superação de um país talhado em duas partes opostas – uma que produz, exporta manufaturas e capitais, e outra que os recebem e remete matérias-primas de volta – através da ocupação econômica dos “espaços vazios”.

Como vemos, os textos técnicos do IBGE acreditavam que somente com a inserção do interior nas relações capitalistas é que se daria a formação de uma sociedade urbano-industrial no Brasil. Boris Fausto (2004), Nars F. Chaul (1994), Sônia R. de Mendonça (1990), Lana C. Velasco (1988), Maria Y. Linhares (1999), entre outros, consideram que a

---

<sup>3</sup> Esse livro foi publicado pelo Conselho Nacional de Geografia como resultado das discussões do X Congresso Brasileiro de Geografia realizado no Rio de Janeiro em 1944.

<sup>4</sup> O termo “imperialismo interno” foi utilizado por Getúlio Vargas em diversos pronunciamentos públicos. O presidente argumentava que diferentemente de outros países centrais, o Brasil deveria empreender um imperialismo dentro de suas próprias fronteiras, haja vista que o território brasileiro tem terras em excesso e pouca ocupação. Outro argumento que justificava o “imperialismo interno” empreendido pelo governo de Getúlio Vargas era o histórico pacifista do Estado brasileiro que não pretende agredir Nações estrangeiras.

política de colonização interna estadonovista incentivou novas regiões a ocuparem o papel de produtoras de artigos agrícolas para o mercado interno, assim como, proporcionou a dinamização do setor industrial da região Centro-Sul. De modo geral, foi neste momento que a ocupação da Amazônia e do Centro-Oeste refletiu a nova divisão regional do trabalho, ou seja, essas áreas seriam espaços de extensão agrícola e, ao mesmo tempo, seriam mercados consumidores de bens industrializados produzidos na região Centro-Sul.

Como meio de efetivar esse projeto, Barsanufó G. Borges (2004) considera que o Governo Federal criou dispositivos de apoio à ocupação da fronteira, como por exemplo, apoiou a construção de Goiânia em Goiás e criou a Fundação Brasil Central. Outra iniciativa para a consolidação desse projeto foi a criação de Colônias Agrícolas Nacionais<sup>5</sup> no interior do país. No entanto, “a conquista do Oeste durante o Estado Novo foi apenas anunciada e ficou mais na retórica, como uma miragem de poder” (BORGES, 2004, p. 228). Ao estudar as elaborações simbólicas que subsidiaram os projetos de colonização no período, Alcir Lenharo (1981) percebe que o passado foi rememorado para estabelecer sentido à ocupação econômica do centro do país no presente, ou seja, o passado é retificado, reinterpretado para justificar as diretrizes do presente.

De modo geral, esse discurso de integração territorial se tornou um recurso precioso nas mãos dos ideólogos: de um lado porque reforçava a obra da conquista e o papel transformador do Estado; e de outro porque criava um clima emotivo e ilusório de participação política. Segundo os autores citados até aqui, a propaganda armada em torno do *slogan* da “Marcha para o Oeste” edificava uma imagem cinematográfica, onde todos os brasileiros se vissem marchando juntos e conduzidos por um único chefe em busca de seu destino.

Na elaboração desse discurso político e econômico de ocupação territorial, o Estado Novo lançou mão da caneta de vários intelectuais, dentre eles o poeta paulista Cassiano Ricardo<sup>6</sup>. Consideramos que esse escritor, em seu ensaio *Marcha para Oeste* (1940), relacionou o passado e o presente para justificar as conjunturas do presente, de forma que o passado fosse transposto em uma nova roupa confeccionada com elementos pertencentes

---

<sup>5</sup> A criação das Colônias Agrícolas Nacionais constituiu um momento da política colonizadora que começou a ser pensada com a retórica da “Marcha para o Oeste”. A organização das colônias era centralizada e cooperativista, de forma que caberia ao Estado “adquirir as terras, loteá-las e cedê-las aos trabalhadores rurais em condições acessíveis” (LENHARO, 1986, p. 39). As principais colônias foram a de Dourados no estado do Mato Grosso e a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). Segundo Barbosa Ferreira (1986) o decreto de criação da CANG estabelecia a área do lote de 20 a 50 ha, que seriam doados a pessoas pobres que se tornariam posteriormente proprietários. Os estatutos da colônia pretendiam mudar o sistema de agricultura itinerante para a agricultura permanente, pois com a rotação de culturas, tornaria a região numa área de “agricultura moderna”.

<sup>6</sup> Meses depois da instauração do Estado Novo, Cassiano Ricardo aproxima-se do corpo doutrinário estadonovista como colaborador do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1938; um ano depois foi indicado para a direção das revistas *Brasil Novo* e *Planalto* e, em 1940, assume a direção do jornal governista *A Manhã* na capital no Rio de Janeiro.

ao desenvolvimento econômico e ao progresso técnico do presente. A preocupação do ensaísta era evidenciar que o fenômeno bandeirante se encontrava vivo no projeto de ocupação do interior promovido pelo Estado Novo, assim como afirmar que as características encontradas em Getúlio Vargas eram as mesmas do chefe bandeirante que guiou o “Estado em miniatura rumo a conquista do sertão” (RICARDO, 1940, p. 56).

O discurso desse intelectual também se fundiu ao discurso oficial estadonovista ao alinhar os interesses paulistas aos interesses do Governo Federal através da figura do bandeirante. Com esse recurso, Alcir Lenharo (1986) considera que Cassiano Ricardo alcança inapelavelmente a indústria paulista através de um esquema linear de evolução histórica do país, pois São Paulo bandeirante se transformará na São Paulo do café, e depois, na São Paulo da indústria. A partir desse plano evolutivo, Cassiano Ricardo (1940) procura – na esfera do discurso – devolver ao estado paulista a posição de ponto de partida das diretrizes e orientações econômicas e políticas da Nação, perdida devido as interferências das ideologias forasteiras – liberalismo, comunismo e fascismo – na política brasileira. Com a noção de “progresso predestinado” é clara a intenção desse intelectual em estabelecer uma ponte histórica, além de evolutiva, entre a Bandeira paulista e o Estado Novo, pois segundo esse intelectual, a Constituição de novembro de 1937 reatou o espírito bandeirante interrompido, assim como corrigiu a linha histórica do país.

Concordamos com Alcir Lenharo (1986), Trubiliano e Martins Junior (2008) quando afirmam que em Cassiano Ricardo, as cores, os sons, a poesia e um especial clima de religiosidade são instrumentalizados para compor o itinerário mítico que vai das bandeiras paulistas ao Estado Novo. Sendo assim, o mesmo símbolo de luta pela autonomia de São Paulo em 1932 se transformou, mediante a análise de Cassiano Ricardo, em um símbolo da unidade nacional. Ou seja, o bandeirante deixou de ser o símbolo apenas paulista para se transformar num símbolo nacional. Cassiano Ricardo é um dos homens que Marc Bloch (2002) aponta como daqueles que participam de múltiplos aspectos do destino humano, que falou e se fez entender por seus contemporâneos ao tornar-se produtor, traficante e consumidor de discursos e, além do mais, teve um papel nos acontecimentos políticos e, ao mesmo tempo, sofreu os seus desdobramentos.

Um dos exemplos da exteriorização do discurso deste intelectual e do arcabouço ideológico do programa “Marcha para o Oeste” é a campanha “Pró-Bandeirante”. Essa campanha foi organizada com o intuito de edificar um monumento em Goiânia (GO) homenageando os “heróis históricos” paulistas. Veremos no próximo tópico, como essa campanha pretendia aproximar simbolicamente a região produtora de matéria-prima com a região produtora de artefatos industrializados. Acreditamos que a edificação de uma estátua



representando um símbolo paulista em uma nova capital no interior, procurava reforçar a ação do Estado interventor em prol de uma nova divisão regional do trabalho, pois incentivava – através de representações do passado – novas relações econômicas entre as regiões brasileiras.

### O discurso de colonização interna no estado de Goiás

Para defender que a construção de uma nova capital no estado de Goiás promoveria o desenvolvimento almejado pelas elites vencedoras do Movimento de 1930, a nova elite goiana elaborou uma propaganda mudancista junto aos meios de imprensa. Frente a nova realidade nacional, era preciso um modelo de cidade diferente ao traçado da antiga capital, ou seja, uma arquitetura dentro dos padrões da modernidade. Sendo assim, o projeto arquitetônico da nova cidade deveria representar as modernas exigências da época.

As informações divulgadas pelos jornais oferecem um ponto de vista capaz de promover a compreensão da realidade vivida pelos indivíduos, no sentido de que, o jornal reproduz parcialmente a realidade. Os jornais divulgam interesses dos grupos, instituições ou grupos sociais que afirmam publicamente suas opiniões, pois constroem uma “verdade” planejada através de um discurso homogeneizador. Nesses parâmetros, Ciro F. Marcondes (1989) e Tânia R. de Lucca (2008) consideram que as notícias se transformam em mercadoria e meio de manipulação, bem como uma forma de poder político. Diante da dificuldade de circulação de notícias e informações na nova capital goiana, o governo interventor de Goiás concedeu a Joaquim Câmara Filho – chefe do Departamento de Propaganda e Expansão de Goiás<sup>7</sup> – a publicação, no dia 3 de abril de 1938, do primeiro jornal com circulação regular da Capital goiana: o jornal *O Popular*.

Ao final de 1939, Getúlio Vargas planeja vir a Goiânia. Seria o primeiro chefe da Nação a visitar a região Centro-Oeste, gesto simbólico que procura representar o avanço do Governo Federal para o interior e legitimar a política de ocupação de “espaços vazios”. Mesmo o progresso não vindo da forma como foi mitificado, a visita de Getúlio Vargas a Goiás não deixa de ser – no campo simbólico – um meio de afirmar a brasilidade e a necessidade de avançar e colonizar o interior. Com essa visita do presidente, Maria H.

---

<sup>7</sup> Com o início das obras de construção de Goiânia em 1935, foi criado em 26 de julho o Departamento de Propaganda e Expansão do Estado. Este órgão tinha como prioridade divulgar as diretrizes do novo governo e suas relações com o ideário político de Getúlio Vargas. Além de informar sobre as decisões políticas, tal departamento difundia as possibilidades econômicas e de infraestrutura que o município de Goiânia ofereceria para a região e para a nação.

Capelato (1998) considera que os órgãos de divulgação do regime concluíram que o chefe da Nação entrou em contato direto com o povo das regiões mais atrasadas do país.

O presidente desembarcou em Goiânia no dia 5 de agosto de 1940. Neste dia, o jornal *O Popular* descreve toda a trajetória do presidente na nova capital. Ocorreu um desfile escolar, a participação dos recrutas do Tiro de Guerra, tudo conforme o ritual de cerimônia. O DIP e o Ministério da Educação e Saúde eram encarregados pela organização dos festejos. As festas tinham ampla participação popular, até porque a presença obrigatória de vários setores – escolas, Forças Armadas, Corpo de Bombeiros, Polícia, bandas, corais, grupo de dança e de teatro, escoteiros e sindicatos – garantia um número elevado de participação nas encenações públicas. O presidente participou do lançamento da pedra fundamental do Estádio<sup>8</sup> de futebol na Avenida Paranaíba, e o principal ato solene de lançamento da campanha “Marcha para o Oeste” nos salões do Automóvel Clube de Goiás, cuja sede também foi inaugurada naquele mesmo dia.

No pronunciamento de inauguração da associação cívica “Cruzada Rumo ao Oeste” no dia 8 de agosto de 1940 em Goiânia, Getúlio Vargas alerta para a necessidade de a região acompanhar o crescimento do país<sup>9</sup>. Neste pronunciamento o presidente afirma que “torna-se imperioso localizar no centro geográfico do país poderosas forças capazes de irradiar e garantir a nossa expansão futura”. Segundo o pronunciamento oficial, o governo nacional tem o “propósito de impulsionar o Brasil como um todo orgânico e equilibrado” para eliminar as “ilhas, entremeadas de espaços vazios”, pois somente assim o país sairia do atraso econômico. Completando essa proposição, Getúlio Vargas defende que a região Centro-Oeste é um caminho a ser percorrido para que do “alto dos vossos chapadões infundáveis [...] estarão, os grandes celeiros do País”. Vemos como o nacionalismo e progresso econômico inserido na formação discursiva de ocupação econômica do interior interliga-se como meta do projeto nacional. Novamente utilizando as palavras do chefe da Nação, esse projeto deveria fazer com que “as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo [...] um expansionismo, que é o de crescermos dentro de nossas próprias fronteiras” (GUASTNI, 1943, p. 149).

O presidente defende que “se politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente”, por essa razão, esse deve ser o grande desafio da nação brasileira, ou seja, a união entre a fronteira política e a fronteira econômica. O elemento nacional, segundo os

---

<sup>8</sup> O Estádio Olímpico Pedro Ludovico foi inaugurado em 1941 e demolido há quase dez anos, tendo sido reconstruído e reinaugurado apenas em 2016.

<sup>9</sup> Todos os trechos do discurso foram retirados da obra: GUASTNI, Raul. O Ideário Político de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Empresa gráfica da “revista dos tribunais, 1943. (Discurso: Rumo ao Oeste: p. 149). Pronunciamento no Palácio do governo em Goiânia, a 7 de agosto de 1940.

pronunciamentos oficiais, deveria se integrar à modernização e ao desenvolvimento econômico através do movimento da fronteira rumo ao interior. É clara a aproximação com as teses defendidas por Cassiano Ricardo em seu ensaio *Marcha para Oeste* (1940), ou melhor, as teses encontradas neste ensaio são apropriadas como suporte ideológico para os projetos de ocupação territorial e desenvolvimento econômico estadonovista.

Em um contexto onde as políticas de colonização desenvolvidas e aplicadas pelo Estado Novo foram respostas à crise econômica provocada no final dos anos 20, Vargas, em visita a Goiânia, afirma que a conquista territorial e a integração espacial do país tornam-se os principais elementos para o crescimento econômico. Além de reforçar o discurso de ocupação de novas terras através do nacionalismo e do desenvolvimento econômico, a região central também seria o local para onde toda Nação deveria mirar seu impulso empreendedor. Como bem assinala Alcir Lenharo (1986), Barsanufó G. Borges (2004) e Otavio G. Velho (1979), a fronteira é utilizada como matéria-prima carregada de elemento histórico e ideológico. O avanço da fronteira sobre o sertão, segundo os autores, é diretamente relacionado com a identidade nacional, pois era no espaço pobre e esquecido que se encontra a reserva moral do país. Desta forma, o ato de marchar para o centro, para o Oeste implica não somente a regeneração, mas o encontro com o próprio elemento nacional. Sendo assim, Oeste, sertão<sup>10</sup> e fronteiras são conceitos carregados de simbologias caras para o projeto modernizador estadonovista.

Ao discursar no palácio do governo em Goiânia no dia 7 de agosto, o presidente procura justificar a atual política do governo fazendo uma breve análise do passado. Em suas palavras, sob “o Império e a primeira República, crescemos [...] à orla das águas atlânticas [...] voltado para fora”, mas, após o “movimento de revigoração nacionalista e o advento do Estado Novo [...] a civilização brasileira tomou o caminho dos paralelos”, pois “o vosso planalto é o miradouro do Brasil” (GUASTNI, 1943, p. 149). O presidente afirma que a região Centro-Oeste, além de ser o lugar de ocupação histórica das Bandeiras paulistas, seria o caminho para constituir a base de um novo plano político-econômico nacional. Em seu pronunciamento, Getúlio Vargas defende que o programa “Rumo ao

---

<sup>10</sup> Segundo Janaína Amado (1995), no período compreendido entre 1870 e 1940, “sertão” chegou a constituir categoria absolutamente essencial em todas as construções historiográficas da Nação brasileira. Para a autora, a categoria “sertão” configurou uma “perspectiva dual, contendo, em seu interior, uma virtualidade: a da inversão. Inferno ou paraíso” (p-8). De acordo com essa perspectiva, ambas foram “categorias complementares porque, como em um jogo de espelhos, uma foi sendo construída em função da outra, refletindo a outra de forma invertida” (p-7). Barsanufó G. Borges (2004) avalia que a literatura nacionalista invertera a imagem que a categoria sertão representava na tradição portuguesa, pois em vez de um espaço distante, atrasado e sem lei, constituiu-se uma visão mitificada que conferia ao sertão e ao sertanejo uma grandiosidade épica. Neste conjunto, Lucia L. de Oliveira (2004) percebe que por outro lado a “noção de vazio” territorial atualizava o conceito de sertão, sendo assim, sertão, interior e Oeste se mesclam e são tomados como reserva de brasilidade.

Oeste” é o “reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura” (GUASTNI, 1943, p. 151)<sup>11</sup>.

Levada pela onda de contínua construção da paisagem urbana, a nova capital necessitaria de um monumento que representasse o verdadeiro espírito da colonização do centro do país. Em relação ao símbolo que melhor representa a procura da brasilidade no interior, o bandeirante emergiu como herói nacional. O bandeirante se tornou o principal personagem histórico utilizado para justificar a interiorização, integração e unificação nacional. Em 1938, a Faculdade de Direito de Goiânia, com o apoio do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito de São Paulo, iniciou a articulação de doações para erigir um monumento em “homenagem aos heróis nacionais”. Os primeiros movimentos foram noticiados pelo *O Popular* com o título de “Campanha Pró-Bandeirante”. As notícias defendiam a necessidade de homenagear a memória dos bandeirantes, a qual seria uma “justa e sincera homenagem que se possa prestar aos heroicos formadores da Nacionalidade” (*O POPULAR*, 28 de junho de 1938, ano I, nº 23).

Para a construção do monumento, o Interventor de São Paulo doou 30 contos como auxílio à construção da estátua que “seria erigida na parte central da cidade de Goiânia” (*O POPULAR*, 21 de agosto de 1938, ano I, nº 28). Segundo esse diário, este seria um gesto simbólico de boa vontade e mais: seria a construção de um marco simbólico, tradicionalmente paulista, em um centro urbano no interior, como sinal de identidade e aproximação com as cidades mais desenvolvidas do país. Com esse intuito, o Dr. Manoel Vitor fala à rádio bandeirante, sendo tal pronunciamento rigorosamente transcrito pelo jornal goiano. Essa personalidade, em sua fala, tem o intuito de valorizar este personagem histórico e justificar a construção do monumento:

Morrem os idealistas mas, não morrem as ideias. Morrem os mártires, mas ficam imortais seus exemplos [...] puseram os seus arrojos em holocausto à pátria, mas conseguiram essa pátria para nossa glória! E a grande lição ficou dentro da raça como uma apoteose! (*O POPULAR*, 19 de maio de 1938, ano I, nº 20).

Como vemos através deste fragmento, procurava-se no bandeirantismo do século XVIII, a formação do território brasileiro e a essência da raça brasileira no presente. Em nível nacional, a audácia dos bandeirantes era comparada ao espírito desbravador que impulsionou ações revolucionárias, como por exemplo, o Movimento de 30 e a Decretação do estado Novo em 1937; a nível regional, esse espírito desbravador foi associado à

---

<sup>11</sup> GUASTNI, Raul. O Ideário Político de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Empresa gráfica da “revista dos tribunais, 1943. (Discurso: O verdadeiro sentido de brasilidade: p.151). Do improviso inaugurando, em Goiânia, a 8 de agosto de 1940, a associação cívica “cruzada rumo ao Oeste”.

transferência da capital de Vila Boa para Goiânia. De modo mais geral, a herança bandeirante ainda poderia ser encontrada no ímpeto de incorporar o interior do país na onda de progresso que impulsionava a política nacional após a ascensão de Vargas ao poder. Como foi possível observar, a “Campanha pró-bandeirante” pretendia homenagear a memória dos desbravadores. Segundo a imprensa goiana, após quatro anos de campanha, a estátua foi esculpida em bronze pelo artista plástico Armando Zago e inaugurada em 9 de novembro de 1942.



Figura 1 - Fotografia do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia feita em 1942.  
Fonte: Acervo Centro de Informação, Documentação e Arquivo (CIDARQ) da UFG.

Como vemos, nos primeiros anos da década de 1940, o jornal *O Popular* apropriou-se do suporte ideológico estadonovista que associava o “mito bandeirante” à “unidade nacional”. Para reforçar essa associação, a nova capital goiana necessitava de um monumento que representasse o espírito da “colonização” do centro do país. Fica claro aqui como ocorre o jogo entre escrita, leitura e troca que proporcionou a exterioridade e materialidade do discurso elaborado pelo Estado Novo. A relação entre linguagem/pensamento/mundo e a produção/reprodução/transformação de enunciado foi fundamental para entender a construção do discurso que defendia a necessidade de incorporar o interior à nacionalidade, a qual se exteriorizou na construção do Monumento ao Bandeirante em Goiânia.

Para refletir sobre a importância deste monumento no imaginário social, Pierre Nora (1985) pode nos auxiliar com suas considerações sobre os “lugares de memória”. Para o historiador francês, muito da memória nacional é reforçada com monumentos deliberadamente erguidos por segmentos políticos. Tais monumentos assumem a posição de “lugares de memória”. Segundo o autor, suas construções são direcionadas para reforçar poderes e saberes sobre o passado e sobre as origens da Nação desejada pelos grupos que apoiam essas ações. Refletindo sobre os argumentos contidos no jornal *O Popular*, essa observação feita por Pierre Nora auxilia no esclarecimento sobre uma das principais funções do monumento ao Bandeirante construído em Goiânia, ou seja, rememorar os heróis do passado exaltados pelo poder. De acordo com o autor, os “lugares de memória” tem um sentido material, simbólico e funcional; e mais, é um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo e sobre sua identidade, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações.

De acordo com Luís S. D. da Silva (2002), ao aproximar a construção da identidade goiana com as representações do passado histórico dos paulistas, o discurso estadonovista fortaleceu a intenção de localizar no coração do país o reservatório da brasilidade. Esse processo pode ser entendido através do conceito de “regionalismo totalizante” proposto por nós, ou seja, um símbolo regional – o bandeirante – que passa a representar toda a nacionalidade (COELHO, 2015). A reinvenção do passado feita pelos ideólogos do regime elegeu as Bandeiras do século XVII como gênese do Estado Novo. A reinvenção política do bandeirante cinge-se ao domínio do destino, visto que, segundo Cassiano Ricardo, sem as Bandeiras o Brasil não existiria; e mais, ela engendrou as marcas condicionadoras da organização do poder moderno. Daí a nossa defesa da viabilidade do conceito de “regionalismo totalizante” para compreender a apropriação de símbolos regionais como suportes ideológicos que poderiam englobar toda a Nação em um mesmo discurso.

Esse regionalismo que totaliza se consolida discursivamente através da construção do monumento ao Bandeirante na nova capital de Goiás. A expectativa dos defensores da campanha “Pró-Bandeirante” era que, com o erguimento da estátua, expressões como “imperialismo brasileiro”, “agente construtor da nação” e a “união das fronteiras” poderiam se consolidar materialmente no futuro. O monumento em homenagem a Bartolomeu Bueno da Silva erguido em Goiânia (GO) seria uma forma de consolidar a relação entre regionalismo, nacionalismo e o desenvolvimento econômico da Nação, tendo nas Bandeiras o exemplo mítico-histórico a ser seguido pela Nação do presente.

## Considerações Finais

Vimos ao longo desse artigo a produção e apropriação de enunciados a partir da reescrita do passado histórico, ou seja, a ressignificação da mística paulista inspirada pelo “espírito bandeirante” como justificativa estadonovista da necessidade de incorporar os sertões à econômica nacional. Para essa composição, foi possível perceber a função do texto, a posição ocupada daquele que o produz e sua divulgação por um falante determinado. Nesse sentido, pudemos perceber a interface entre o texto científico, político e ensaístico divulgado por um falante estrategicamente localizado – IBGE, DIP e jornal *O Popular* – que cumpria uma função específica.

Através das expressões – desenvolvimento econômico, ocupação do território, desequilíbrios regionais e a deficiência na circulação de bens e transporte, entre outras – encontradas nos documentos oficiais, ensaísticos e publicitários, consideramos que essas expressões pretendiam subsidiar ideologicamente a ocupação de espaços localizados no interior do território brasileiro. Essa observação se coaduna com a concepção de Marc Bloch (2002), pois o historiador francês afirma que através da leitura dos documentos vemos figuras de estilos que se tornam instrumentos de conhecimento para compreender seu uso em determinada época. Em nosso caso, foi possível perceber como essas expressões tinham forte poder simbólico nos anos de 1930 e 1940 e, para que esse poder simbólico encontrado nos textos se exteriorizasse, ressaltamos que o Estado Novo se utilizou da cultura, da ciência e da imprensa como canal difusor de suas doutrinas.

Nessa construção discursiva, a ocupação dos “espaços vazios” significava não simplesmente a ocupação econômica da terra, mas a possibilidade do Brasil se encontrar consigo mesmo. É clara a perspectiva voltada para a busca de desenvolvimento econômico, mas este discurso se mistura ao viés nacionalista na forma de uma política estatal que procurava englobar todas as necessidades nacionais em um único objetivo, isto é, a marcha para o Oeste que reavivaria o passado histórico. A região Centro-Oeste além de ser um dos locais que contém os elementos que compõem a brasilidade, também seria – devido a suas capacidades naturais e territoriais – o lugar que serviria de base de apoio para erguer a economia nacional. É clara a opção pela confluência de ideologias, visto que além da ideia do nacionalismo, existe também a preocupação com a defesa de interesses regionais, mais precisamente, a defesa dos interesses de São Paulo. Nesse sentido, o nacionalismo, o progresso/desenvolvimento, a unidade nacional e o regionalismo se interligam – através do discurso – como meta comum para um projeto nacional.

Neste processo discursivo, os fatos históricos foram apropriados e remodelados para justificar o contexto político do presente. A atitude de marchar para o centro, para o Oeste, implica uma trajetória de regeneração, visto que o sertão é o lugar de riquezas onde o destino da Nação se cumprirá. O encontro das duas partes deverá redundar em uma Nação integrada e purificada, plena e harmoniosa, pois o regime decretou para o conjunto da nação marchar para um só passado, para uma só direção e destino. Povoamento, ocupação, integração constituem os novos movimentos da Nação em busca de sua plenitude que somente será alcançada reavivando o espírito bandeirante no presente.

Em Goiás, a associação entre a transferência da capital e a “Marcha para o Oeste” foram prontamente realizadas pelo poder estatal. A campanha goianiense pela edificação de um símbolo que representasse os “pioneiros da Nação” resultou na estátua de um bandeirante de frente para o Oeste e em plena Avenida Anhanguera. Essa foi a forma encontrada de representar por meio de um símbolo – localizado no interior de Goiás – a presença e o predomínio de uma região sobre outra, não mais o bandeirante de carne e osso, ou o bandeirante histórico, mas o bandeirante simbólico esculpido em uma peça de bronze. Esses são apenas indícios de como o “mito bandeirante” elaborado nas décadas de 1930 e 1940 influenciou, não somente a reordenação da paisagem urbana da jovem capital, mas especialmente as representações sobre o passado e o presente nacional.

---

#### **NATIONALISM, MODERNIZATION AND INTERNAL IMPERIALISM: A NEW BANDEIRANTE ARRIVES AT THE NEW CAPITAL OF THE GOIÁS STATE (1930-40)**

**Abstract:** In this article we will talk about the creation of the Goiás State modernization and economical political speech from the 1930's and 1940's decade. As the project that modernizes the Goiano State was an extensive and complex process, we intend to handle just with the reflex of this speech on the creation of “places of memories” at the new Goiás capital. To justify this theoretical and methodological study, we will keep the bibliographical review away towards this process of modernization of the Brazilian State in Varguista period (1930-1945), as well as studies directed to the method of discursive analysis. This way, we are going to notice how the “bandeirante myth” elaborated at the 30's and 40's influenced not only the re representations about the past and the national present time but also, and specially, the reordering of the urban landscape and identity of the young Goiana Capital throughout the creation of a monument to honor the Bandeirante.

**Keywords:** Bandeirante. Goiás. Representation. Modernization. Speech.

---



## Referências

- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995.
- ANDRADE, Manuel Correa de. Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional. - 5ª Edição - ed. ATLAS. São Paulo: 1987.
- BORGES, Barsanufio Gomides. A fronteira na formação do espaço brasileiro (1930-1980). In: SERPA, Élio C. (Org.). Escritas da História: intelectuais e poder. Goiânia: Ed. UCG, 2004. p. 223-251.
- CAPELATO, Maria Helena R. Multidões em Cena. Propaganda Política no Vargasismo e no Peronismo. Campinas: Papirus, 1998. 310p
- CHAUL, N. F. A construção de Goiânia e a transferência da capital. Goiânia: UFG, 1999. 166p
- CORRÊA, Roberto L. Região e Organização Espacial. 2ª edição. Editora Ática: São Paulo, 1987.
- FAUSTO, Boris. O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964). 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo: LOYOLA, 1999.
- GREIMAS, Algirdas Julien. Análise do discurso em Ciências Sociais/ A. J. Greimas, E
- GUASTNI, Raul. O Ideário Político de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Empresa gráfica da "revista dos tribunais, 1943.
- IANNI, Octavio. Estado e Planejamento econômico no Brasil. 4ª edição. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1986. 316p
- LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. In: Landowski; Tradução e Prefácio Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Global, 1986.
- LENHARO, Acir. Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1981. 105 p.
- LINHARES, Maria Yedda Leite & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LUCA, Tania. Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. 2ª ed. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 111-153.
- MARCONDES, Ciro F. *O capital da notícia*. São Paulo: Ática, 1989. Brasileira, 1966.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. In: PROJERO HISTÓRIA. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP. (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, SP-Brasil, 1981. p. 7-22
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996

PALACIN, Luiz. *História de Goiás*. 6ª ed. Goiânia: UCG, 1994.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*. São Paulo: José Olympio, 1940. 580 p.

ROCHA, Hélio. *Sete décadas de Goiânia*. Goiânia: Contato Comunicação, 2003.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. *Progresso e Sertão Goiano: a Espera*. In: BOTELHO, T. (org.) *Goiânia: cidade pensada*. Goiânia: UFG, 2002.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros e MARTINS JUNIOR, Carlos. *A Marcha para Oeste e Cassiano Ricardo: um itinerário para a Nação*. In: XI Encontro Regional da Associação Nacional de História. Jacarezinho, PR: ANPUH, 2008. ISSN: 978-85-61646-1-1

VELASCO, Lana Cavalcante. *Divisão regional do Brasil a partir da divisão regional do trabalho*. B. Goiano Geogr. (1-2). jan./dez 1987/88, p.117-133.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo: DIEHL, 1976. 261 p.

---

#### SOBRE O AUTOR

**George Leonardo Seabra Coelho** é doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG); docente na Universidade Federal do Tocantins (UFT) no curso de Licenciatura em Educação do Campo.

---

Recebido em 31/05/2016

Aceito em 11/07/2016